



Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Release
Em 30 de Junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Disclaimer

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("COELBA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da COELBA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da COELBA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento pode conter declarações e apresentar expectativas e projeções da COELBA sobre eventos futuros. Eventuais expectativas podem envolver vários riscos e incertezas, e, desta forma, resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados não podem ser garantidos pela Companhia.

Informações relevantes ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da COELBA.

Resultado do Período

Indicadores Econômicos - R\$ mil	2T17	2T16	Variação %
Receita Operacional Bruta	5.519.862	5.073.284	8,80
Receita Operacional Líquida	3.725.580	3.375.852	10,36
EBITDA	581.810	607.984	(4,31)
Resultado do Serviço	395.621	442.500	(10,59)
Resultado Financeiro	(238.602)	(236.340)	0,96
Lucro Líquido	142.111	155.641	(8,69)
Margem EBITDA (%)	15,62%	18,01%	(2,39)
Margem Operacional (%)	10,62%	13,11%	(2,49)
Margem Líquida (%)	3,81%	4,61%	(0,80)

Indicadores Financeiros - R\$ mil	jun/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	11.743.163	10.529.883	11,52
Dívida Bruta	4.999.657	4.448.540	12,39
Patrimônio Líquido	2.982.525	2.955.708	0,91
Dívida Total Líquida	4.112.086	4.161.615	(1,19)
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	3,90	3,85	1,26
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,58	0,58	(0,87)
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,25	0,28	(9,52)

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

*EBITDA dos últimos 12 meses



Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Release
Em 30 de Junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

1.1 Número de Consumidores Ativos

A Companhia encerrou em 30 de junho de 2017 com o total de 5.866.713 consumidores, representando um crescimento de 1,15%, equivalente a 66.704 novas unidades consumidoras, em relação ao mesmo período de 2016.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, que representa 88,16% dos clientes da Coelba, registrando um crescimento de 1,07% e um incremento de 54.623 novos consumidores em relação ao mesmo período de 2016. Essa evolução representa o crescimento do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos realizados para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial o Programa Luz para Todos.

A classe industrial continua apresentando decréscimo no número de consumidores ativos, com uma retração de 5,19%, ainda reflexo da reclassificação de consumidores industriais para comerciais, iniciada em 2016.

Descrição	Número de Consumidores					
	2T16	2T17	Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
			2T16	2T17	2T16 / 2T17	
Residencial	5.117.383	5.172.006	88,23%	88,16%	54.623	1,07%
Industrial	15.730	14.914	0,27%	0,25%	-816	-5,19%
Comercial	372.859	378.913	6,43%	6,46%	6.054	1,62%
Rural	216.390	222.368	3,73%	3,79%	5.978	2,76%
Poder Público	48.342	48.515	0,83%	0,83%	173	0,36%
Iluminação Pública	16.869	17.038	0,29%	0,29%	169	1,00%
Serviço Público	11.960	12.482	0,21%	0,21%	522	4,36%
Subtotal	5.799.533	5.866.236	99,99%	99,99%	66.703	1,15%
Consumo Próprio	474	475	0,01%	0,01%	1	0,21%
Suprimento	2	2	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	5.800.009	5.866.713	100,00%	100,00%	66.704	1,15%

1.2 Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial

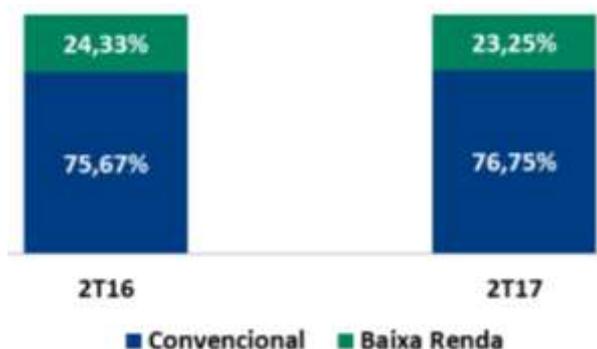
O número de consumidores residenciais em junho de 2017 representa 88,16% do total de clientes/contratos ativos, e destes 23,25% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

No 2T16 o número de consumidores baixa renda representava 24,33% dos contratos residenciais, sendo esta redução motivada pelo reenquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício social, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

Descrição	Evolução do número de Consumidores Residenciais	
	2T16	2T17
Convencional	3.872.484	3.969.727
Baixa Renda	1.244.899	1.202.279
Total	5.117.383	5.172.006

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Release
Em 30 de Junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

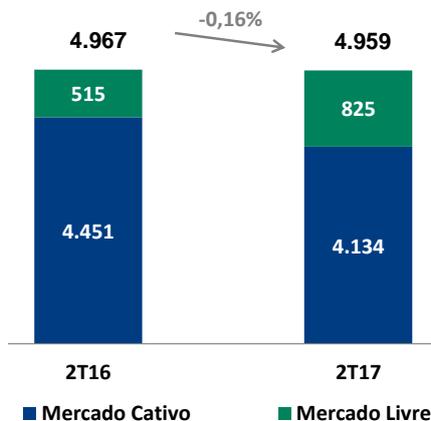


1.3 Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) totalizou no 2T17 o volume de 4.959 GWh, uma retração de 0,16 % com relação a 2T16. A conjuntura econômica desfavorável ajuda a explicar o baixo desempenho da energia distribuída no período, juntamente com o aumento no volume de chuvas na Bahia no período.

Vale ressaltar o significativo aumento no movimento de migração de consumidores para o mercado livre. No 2T16 eram 127 consumidores livres, chegando a 231 no 2T17, representando um crescimento de 104 consumidores. Esse movimento contribuiu para o aumento significativo no consumo desse mercado.

Descrição	Energia Distribuída em GWh			
	2T16	2T17	Variação Horizontal %	
			2T16 / 2T17	
Mercado Cativo	4.451	4.134	-317	-7,13%
Mercado Livre	515	825	309	60,03%
Total	4.967	4.959	-8	-0,16%





Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Release
Em 30 de Junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1.4 Comportamento do Mercado Cativo

Classe	2T16		2T17		Variação 2T16/2T17		Participação 2T17	
	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
Residencial	955	1.732	1.051	1.756	10,1%	1,4%	49,7%	42,5%
Industrial	254	639	190	416	-25,1%	-34,9%	9,0%	10,1%
Comercial	498	862	514	826	3,2%	-4,2%	24,3%	20,0%
Rural	141	552	139	505	-1,7%	-8,4%	6,6%	12,2%
Poder Público	89	182	97	186	9,5%	2,5%	4,6%	4,5%
Iluminação Pública	60	249	68	257	14,0%	3,5%	3,2%	6,2%
Serviço Público	61	232	54	183	-11,6%	-21,2%	2,5%	4,4%
Subtotal	2.057	4.447	2.113	4.130	2,7%	-7,1%	100,0%	99,9%
Consumo Próprio	-	4	-	4	-	5,2%	0,0%	0,1%
Total	2.057	4.451	2.113	4.134	2,7%	-7,1%	100,0%	100,0%

No segundo trimestre de 2017, o volume total de energia vendida no mercado cativo da Companhia foi de 4.134 GWh, representando uma redução de 7,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Receita com o Fornecimento de Energia Elétrica alcançou R\$ 2.113 milhões no 2T17, aumento de 2,7 % em relação ao mesmo período do ano anterior, devido a fatores que serão detalhados no item 4.1.1 sobre Receita Operacional.

A classe residencial apresentou no 2T17 um crescimento de 1,4% em relação a 2T16, atingindo um consumo de 1.756 GWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo cativo da Coelba, com uma participação de 42,5%. Apesar de ter apresentado crescimento, o consumo da classe encontra-se em patamar inferior à média histórica. A classe tem sido negativamente influenciada pela conjuntura econômica adversa, com aumento no nível de desemprego, queda na renda e aumento no nível de inadimplência. Para a Coelba o calendário de leitura do período favoreceu a variação positiva do consumo.

Influenciada pelo expressivo aumento da migração de consumidores para o mercado livre, a classe industrial cativa apresentou uma retração de 34,9% no 2T17 comparado a 2T16. Além da migração de clientes industriais para o mercado livre, a classe industrial também tem sido afetada pela retração da produção industrial da Bahia, que acumula queda de 4,2% até abril de 2017, depois de ter fechado o ano de 2016 com recuo de 5,2%.

A classe comercial apresentou redução de 4,2% no segundo trimestre de 2017, frente a igual período de 2016. O desempenho da classe é explicado pela migração de 48 consumidores para o mercado livre e pela conjuntura econômica, que levou a uma redução de 2,1% no volume de vendas do comércio na Bahia até abril de 2017.

A classe rural registrou uma retração de 8,4% no consumo do 2T17 em relação 2T16 explicada pelo aumento no volume de chuvas nas áreas norte e oeste do Estado, intensivas em irrigação. Dessa forma, há uma redução na demanda por energia elétrica, com a menor necessidade de bombeamento para irrigação.

A energia injetada atingiu o patamar de 5.697.675 MWh no 2T17, apresentando uma retração de 0,54% com relação a igual período de 2016. Do total da energia injetada, 72,56% foi destinada ao consumo regulado, 14,48% para o consumo do mercado livre.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 4.134.066 MWh no 2T17, representando um decréscimo de 7,13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado livre exigiu a entrega de 824.874 MWh de energia durante o trimestre, representando um acréscimo de 60% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.6 Energia Contratada

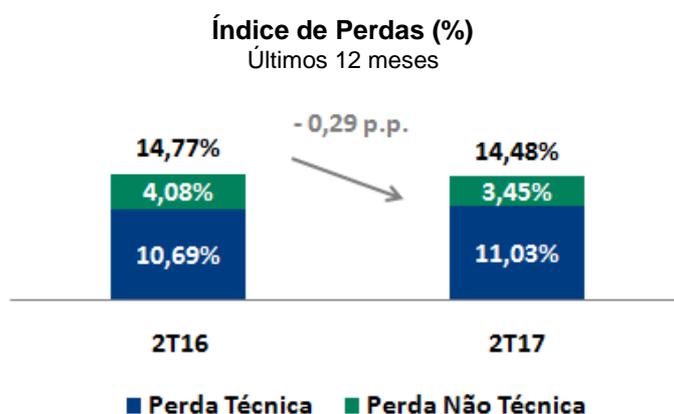
A energia contratada para atender ao mercado da COELBA no segundo trimestre de 2017, totalizou 5.319 GWh, o que representa um decréscimo de 0,38% em relação a 2016. Esta queda foi decorrente do encerramento de contratos de leilões dos quais a empresa participou em anos anteriores que chegaram ao final da vigência. A energia foi adquirida a um custo médio total acumulado de R\$ 167,14/MWh, enquanto o PLD médio do Nordeste para o período foi de R\$ 253,69/MWh.

Mesmo após as reduções, neste semestre a COELBA teve uma sobra contratual de 4,61%, o que representa 472 GWh, decorrente do crescimento de mercado abaixo do esperado e do aumento contratual acima citado. Até uma sobrecontratação de 5% os efeitos econômicos são repassados para a tarifa. O volume que exceder poderá constituir ganho ou perda econômica para a companhia em função da diferença entre o valor do PLD a cada período no respectivo submercado e o preço médio da energia contratada.

1.7 Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pelas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Coelba até Junho de 2017, comparado ao mesmo período do ano anterior.



Nota: Valor passível de mudanças, caso ocorram serão informadas no próximo relatório trimestral

Limite Regulatório

12,42%

A Coelba apresentou um decréscimo de 0,29 p.p. no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2016, destacando-se a redução de 0,63 p.p. das Perdas Não Técnicas. A redução deve-se à continuidade na execução das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Até o momento foram aplicados cerca de R\$ 35,46 milhões nas principais ações de combate às perdas desenvolvidas em 2017:

- Realização de 104,9 mil inspeções e recuperação de 79,5 GWh de energia;
- Substituição de aproximadamente 88,3 mil equipamentos de medição;
- Atualização em mais de 90,9 mil pontos de iluminação pública através do levantamento cadastral e mais 21,0 mil pontos através de ação de fiscalização do parque de iluminação pública;
- Regularização de 9,7 mil ligações clandestinas, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto religados, além da recuperação de créditos.

1.8 Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação ao faturamento do mês, acumulados no ano ou nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta dos reajustes na tarifa e das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. A seguir, temos o demonstrativo do índice da Coelba no 2T17 e seu comportamento em relação ao mesmo período de 2016.



No segundo trimestre de 2017, o Índice de Arrecadação da Coelba apresentou aumento de 0,76 p.p. em relação ao segundo trimestre de 2016.

O mercado de energia continua sendo impactado negativamente pela conjuntura econômica desfavorável que interfere diretamente na capacidade de pagamento da sociedade, afetando o orçamento familiar e o fluxo de caixa das empresas. O cenário de crise econômica que se mantém no Brasil e, em especial na região Nordeste, é fortemente sentido por meio da retração da produção, restrição do crédito, aumento da taxa de juros, aumento da taxa de desemprego, desaceleração dos investimentos e, conseqüentemente, a redução do nível de consumo. Estes fatores foram significativos para o aumento da inadimplência nos últimos anos, que continua apresentando tendência de crescimento no curto prazo. Não se pode deixar de considerar ainda a influência negativa do contexto político atual e seus desdobramentos.

No que se refere ao custo com energia elétrica para o consumidor, em abril de 2017 houve o reajuste tarifário definido pela Aneel, com impacto nos valores das faturas a partir de maio de 2017. Para os consumidores da Coelba, este reajuste representou um incremento médio de 3,00% no valor da fatura. No mês de junho de 2017, o aumento de tarifa foi mais fortemente percebido com a incidência da bandeira tarifária vermelha, dificultando a capacidade de pagamento dos clientes diante do cenário de crise e favorecendo o aumento da inadimplência.

Em contrapartida, apesar da incidência da bandeira tarifária vermelha em abril e maio de 2017, ocasionada pelos baixos níveis dos reservatórios e o acionamento das termoeletricas para geração de energia, verifica-se o impacto positivo da bandeira verde na maior parte do período que compõe o indicador de arrecadação atual (últimos 12 meses), incluindo o mês de junho de 2017, com redução do faturamento em comparação ao mesmo período de 2016, onde incidiu predominantemente a bandeira vermelha. As bandeiras tarifárias são definidas mensalmente pela Aneel.

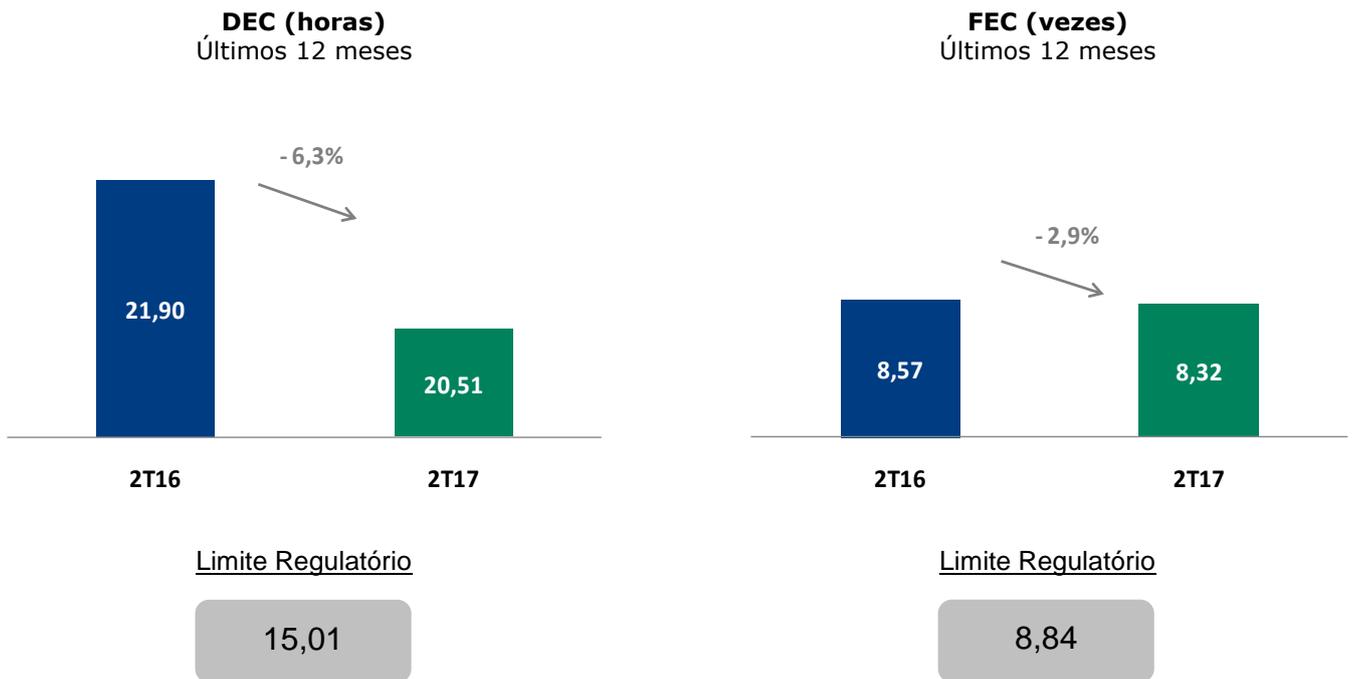
Apesar do cenário desfavorável, o indicador mostra um crescimento da arrecadação em 2017, como resultado da influência positiva das bandeiras, aliada às estratégias adotadas para intensificar a arrecadação e combater a inadimplência, exigindo da Coelba um maior desempenho para manter os níveis de arrecadação dos faturamentos por meio de medidas incisivas que assegurassem o resultado. A seguir, as ações que se destacaram:

- Intensificação das suspensões de fornecimento de energia elétrica, com 540 mil suspensões acumuladas em 2017, representando aumento de 73 mil suspensões em relação ao mesmo período de 2016;
- Elevados volumes de ações administrativas de menor custo, com foco nas dívidas de baixo risco de recebimento:
 - 4,9 milhões de negativações acumuladas em 2017, com efetividade média de 58%. No mesmo período de 2016, a efetividade média era de 50%;
 - 8,8 milhões de acionamentos por URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagem);
- Intensificação da atuação das Assessorias de Cobrança, com R\$217 milhões arrecadados em 2017, representando aumento de R\$69 milhões em relação à arrecadação de janeiro a junho de 2016;
- Otimização das ações de suspensão do fornecimento por meio de atuação em concentrações georeferenciadas;
- Redução do prazo dos parcelamentos para mitigar o risco de inadimplência e maximizar a arrecadação das parcelas;
- Foco nos maiores débitos dos grandes clientes, com acompanhamento diferenciado e incremento das ações de cobrança;
- Intensificação de visitas e envio de cartas aos órgãos do Poder Públicos e grandes clientes, visando realizar negociação das dívidas antigas;
- Condicionamento da execução de serviços aos clientes do Poder Público à quitação das dívidas mais antigas;
- Interação com a área jurídica para revisão do andamento processual e liminares ativas, objetivando a negociação dos débitos;
- Ações de cobrança e campanhas direcionadas aos clientes com opção de pagamento em débito automático, com o objetivo de incrementar a base de clientes nesta modalidade e elevar a recuperação do débito.

1.9 Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

A apuração dos indicadores de qualidade acumulado 12 meses até o segundo trimestre de 2017 apresentou uma trajetória decrescente. A Coelba apresentou o DEC 1,39 horas e o FEC 0,25 vezes abaixo dos índices apurados no mesmo período do ano anterior. Esse cenário é reflexo dos investimentos da Companhia na melhoria da qualidade da sua rede de distribuição e da eficiência no atendimento as ocorrências identificadas na rede.



2 INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até junho de 2017, foi investido, líquido de subvenções, o montante de R\$ 903.455 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para a melhoria dos indicadores de qualidade, o combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (com destaque para o Programa Luz para Todos).

2.1 Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003 destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público, sendo prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011. Em 30 de dezembro de 2014, por meio do Decreto Nº 8.387 o Programa Luz para Todos foi prorrogado, até 2018.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 4,3 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, o início do programa, até junho de 2017, a distribuidora já realizou 593.048 ligações, beneficiando diversos consumidores do meio rural e residencial baixa renda no Estado da Bahia.

Programa Luz para Todos	
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas em 2014	18.704
Ligações executadas em 2015	13.732
Ligações executadas em 2016	21.629
Ligações executadas até 30/06/2017	8.757
Total de Ligações Executadas	593.048

3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T17	2T16	R\$ Mil	%
Receita Bruta	2.810.846	2.575.995	234.851	9,12
Deduções da Receita Bruta	(916.935)	(817.025)	(99.910)	12,23
Receita Líquida	1.893.911	1.758.970	134.941	7,67
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.549.954)	(1.340.752)	(209.202)	15,60
Resultado Bruto	343.957	418.218	(74.261)	(17,76)
Outras Despesas Operacionais	(153.952)	(168.755)	14.803	(8,77)
Resultado do Serviço (I)	190.005	249.463	(59.458)	(23,83)
Amortização / Depreciação	95.152	84.215	10.937	12,99
EBITDA	285.157	333.678	(48.521)	(14,54)
Resultado Financeiro (II)	(131.859)	(120.358)	(11.501)	9,56
Resultado Operacional (I) + (II)	58.146	129.105	(70.959)	(54,96)
IR e CSLL	4.296	(25.014)	29.310	(117,17)
Lucro do Período	62.442	104.091	(41.649)	(40,01)

3.1.1 Receita Operacional

3.1.1.1 Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Trimestre		Variação	
	2T17	2T16	R\$ Mil	%
Residencial	1.050.851	954.646	96.205	10,08
Industrial	190.364	254.321	(63.957)	(25,15)
Comercial	513.890	497.896	15.994	3,21
Rural	138.892	141.364	(2.472)	(1,75)
Poder Público	97.048	88.611	8.437	9,52
Iluminação Pública	68.337	59.923	8.414	14,04
Serviço Público	53.651	60.700	(7.049)	(11,61)
Receita de Uso de Rede	74.346	45.527	28.819	63,30
Fornecimento Faturado	2.187.379	2.102.988	84.391	4,01
Fornecimento Não Faturado	(24.479)	9.785	(34.264)	(350,17)
Fornecimento de energia	2.162.900	2.112.773	50.127	2,37
Subvenção à tarifa social baixa renda	160.696	159.850	846	0,53
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	96.368	7.431	88.937	1.196,84
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	32.719	80.473	(47.754)	(59,34)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	273.597	164.687	108.910	66,13
Outras receitas	84.566	50.781	33.785	66,53
Receita Operacional Bruta	2.810.846	2.575.995	234.851	9,12

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2017 uma Receita Bruta de R\$ 2.810.846 mil, representando um aumento de 9,1% em relação ao valor de R\$ 2.575.995 mil alcançado no segundo trimestre de 2016.

Os fatores determinantes pelo aumento da Receita Bruta foram:

- Aumento da Receita de Fornecimento Faturado em R\$ 55.572 mil, excluindo-se o efeito do uso de rede de R\$ 28.819 mil, decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Preço da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Volume da Energia Distribuída
 - (i) O Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de abril de 2017 é verificado um incremento médio percebido pelo consumidor na tarifa de 3%. Além disso, a mudança de patamar da Bandeira Tarifária nos meses de abril e maio de 2017, vigorando a bandeira vermelha – patamar 1, incidiu uma receita adicional para as empresas e um custo adicional para os consumidores. O mesmo não ocorreu no segundo trimestre de 2016, quando vigou a bandeira verde. O efeito preço contribuiu com uma variação positiva de R\$ 202.514 mil.
 - (ii) Em compensação a redução do volume de energia distribuída foi de 7,1% no mercado cativo, com destaque para a queda da classe industrial, com a migração dos clientes industriais do mercado cativo para o mercado livre e, também, pela baixa produção industrial, impactou negativamente a Receita de Fornecimento em R\$ 146.942 mil.
- O aumento na receita de uso de rede do consumidor livre em 63,3%, no valor de R\$ 26.899 mil, em virtude, principalmente, do aumento do consumo em 309 GWh do mercado livre, representando um crescimento de 60%. Sendo o impacto do efeito volume positivo em R\$ 27.328 mil, enquanto o efeito preço contribuiu em R\$ 1.491 mil com um aumento do preço médio de 2,05%.
- Aumento de R\$ 88.937 mil na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, em função do volume das sobras de energia registradas no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, devido à retração do mercado devido ao agravamento crise econômica.
- Aumento de 66,13%, representando R\$ 108.910 mil, na Receita de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Custos no mesmo valor.

O aumento da Receita foi compensado parcialmente pela:

- Na linha de “Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros” a variação negativa de R\$ 47.754 mil entre os trimestres é resultante da redução da constituição normal ativa no valor de R\$ 75.670 mil, e da redução da amortização normal passiva no valor de R\$ 27.917 mil, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2017 e 2016.
- No 2T17, essa conta contábil apresentou o valor ativo de R\$ 32.719 mil, sendo composto da constituição normal dos ativos de R\$ 47.797 mil decorrentes os custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R\$ 15.078 mil referente à reversão passiva da Parcela A.

3.1.1.2 Deduções da Receita Bruta

Deduções da Receita Bruta	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	2T17	2T16	R\$ Mil	%
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	(736.470)	(645.187)	(91.283)	14,15
ENCARGOS SETORIAIS	(180.465)	(171.838)	(8.506)	5,02
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(126.142)	(149.868)	23.726	(15,83)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.800)	(3.495)	(305)	8,73
Encargos do Consumidor - CCRBT	(32.334)	(407)	(31.927)	7.844,47
Outros (FNDCT / EPE / PROINFA / TFSEE / PEE / P&D)	(18.189)	(18.068)	(121)	0,67
(-) Dedução da receita bruta	(916.935)	(817.025)	(99.789)	12,23
Receita Operacional Líquida	1.893.911	1.758.970	135.062	7,67

As Deduções da Receita bruta registraram um aumento de R\$ 99.789 mil em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao efeito líquido dos fatores abaixo.

- Aumento de 14,15% nos impostos sobre a receita (ICMS, PIS/COFINS e ISS), no valor de R\$ 91.283 mil, devido ao aumento do faturamento.
- Acréscimo de 5,02%, no valor de R\$ 8.506 mil nos encargos setoriais, devido, principalmente, (i) a variação do encargo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT referente ao maior montante repassado à conta centralizadora no segundo trimestre de 2017 em relação ao segundo trimestre de 2016. A variação de R\$ 31.927 mil na conta CCRBT é consequência de um custo maior de energia reconhecido no período, em que vigorou bandeira vermelha de abril a maio de 2017, enquanto em 2016 a bandeira verde permaneceu de abril a outubro. (ii) Compensando parcialmente o aumento desse custo, verifica-se uma redução da CDE em R\$ 23.726 mil.

A Receita Operacional Líquida registrou um aumento de R\$ 135.062 mil, sendo R\$ 1.893.911 mil do segundo trimestre de 2017 em relação ao valor de R\$ 1.758.970 mil do mesmo período de 2016.

3.1.2 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T17	2T16	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(955.857)	(829.216)	(126.641)	15,27
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(38.145)	(77.817)	39.672	(50,98)
Subtotal	(994.002)	(907.033)	(86.969)	9,59
Custos e Despesas Gerenciáveis	2T17	2T16	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	(110.057)	(104.736)	(5.321)	5,08
Material	(10.170)	(8.350)	(1.820)	21,80
Serviços de terceiros	(187.375)	(180.475)	(6.900)	3,82
Indenizações	(17.924)	(14.011)	(3.913)	27,93
Depreciação e amortização	(95.152)	(84.215)	(10.937)	12,99
Provisões Líquidas - PCLD	(21.540)	(29.874)	8.334	(27,90)
Provisões Líquidas - Contingências	4.012	785	3.227	411,08
Custo de Construção	(273.597)	(164.687)	(108.910)	66,13
Outros	1.899	(16.911)	18.810	(111,23)
Subtotal	(709.904)	(602.474)	(107.430)	17,83
Total	(1.703.906)	(1.509.507)	(194.399)	12,88

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2017 alcançaram R\$ 1.703.906 mil um aumento de 12,88% em relação ao segundo trimestre de 2016 que foi de R\$ 1.509.507 mil. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Aumento de 15,27% no custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 126.641 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos a seguir:
 - ✓ Aumento com os custos variáveis do MCP (mercado de curto prazo) em R\$ 165.823 mil (+150%) em relação ao segundo trimestre de 2016, devido ao aumento do PLD médio Nordeste, que saiu de R\$/MWh 163,79 para R\$/MWh 311,40 no 2T17. Desse impacto, 32% é referente a parcela variável de térmicas, que reflete o custo do acionamento das usinas térmicas, e 68% é em função do risco hidrológico, que reflete o custo no MCP das usinas de cotas.
 - ✓ Variação desfavorável de R\$ 36.326 mil de energia de curto prazo – PDL, devido às despesas relativas aos ajustes de exposição financeiras decorrente da diferença de preços do PLD entre os submercados do Brasil.
 - ✓ Aumento de R\$ 55.355 mil com os custos de energia adquirida através do ambiente regulado – ACR, devido principalmente da motorização da UHE Belo Monte com acréscimo em energia saindo de 122 GWh em 2016 para 787 GWh no segundo trimestre de 2017, compensado pelo encerramento do 4º e do 15º leilão de energia existente e dos acordos bilaterais.
 - ✓ Aumento de R\$ 4.087 mil referente a cotas das usinas Angra I e Angra II em função das novas tarifas de 2017.

Esse aumento foi compensado pela:

- ✓ Variação positiva de R\$ 83.430 mil com energia adquirida no contrato bilateral em função do encerramento do contrato de Itapebi em abril de 2017.
 - ✓ Contribuição favorável de R\$ 11.604 mil em relação aos contratos por cotas de garantia física em função da sazonalização das cotas alocando menos 265 GWh em relação ao 2T16.
 - ✓ Contribuição favorável de R\$ 35.231 mil referente ao ressarcimento de energia e encargos de energia de reserva – EER, devido ao descumprimento das usinas em relação aos despachos solicitados pelo ONS e em função da alta do PLD que provoca um efeito favorável no ERR.
- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação favorável de R\$ 39.672 mil, decorrente, principalmente, da redução de 74% do custo do ESS – encargo de serviço do sistema – quando comparado com o segundo trimestre de 2016, e da variação favorável de R\$ 22.360 mil do encargo de energia de reserva – ERR em função da alta do PDL, provocando uma contabilização positiva redutora do custo do encargo no 2T17. Compensando parcialmente a variação favorável, houve um aumento do custo com o encargo de rede básica no valor de R\$ 3.639 mil devido à recontração dos montantes de uso do sistema de transmissão (MUST)
 - Aumento de 5,08%, representando R\$ 5.321 mil, no Custo com Pessoal e Administradores devido, principalmente, a reajustes nas remunerações em função do novo acordo coletivo.
 - Aumento de R\$ 3.913 mil nas Indenizações devido ao maior volume de pagamentos de processos no Juizado Especial Cível
 - Aumento de 66,13%, representando R\$ 108.910 mil, no Custo de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Receita no mesmo valor.

3.1.3 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	2T17	2T16	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	7.384	14.717	(7.333)	(49,83)
Juros, comissões e acréscimo moratório	11.324	10.244	1.080	10,54
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	(209.739)	215.326	(425.065)	(197,41)
Instrumentos financeiros derivativos	105.604	(322.844)	428.448	(132,71)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(10.628)	(9.416)	(1.212)	12,87
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	(296)	4.464	(4.760)	(106,63)
Obrigações pós emprego	(16.381)	(11.313)	(5.068)	44,80
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(19.127)	(21.536)	2.409	(11,19)
Resultado Financeiro Líquido	(131.859)	(120.358)	(11.501)	9,56

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 131.859 mil no segundo trimestre de 2017, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 120.358 mil no mesmo período de 2016, representando uma variação desfavorável de R\$ 11.501 mil. As variações decorrem dos principais fatores descritos a seguir:

- Variação negativa da renda de aplicações financeiras em R\$ 7.333 mil, decorrente principalmente da alto volume de liquidação de dívidas, além de alto volume de desembolsos, principalmente em investimentos diretos (material e serviços), que reduziram o volume de aplicações da Companhia no período.
- Variação desfavorável de encargos, variação cambial, monetária e instrumentos derivativos de R\$ 3.383 mil, decorrente dos seguintes efeitos: redução das taxas de juros (CDI e TJLP) vinculadas ao endividamento, contribuindo com um efeito positivo de R\$ 30.279 mil, (ii) aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros de Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R\$ 3.566 mil (iii) em contrapartida houve o aumento do volume da dívida, destaque para a 9ª emissão de debêntures e para o financiamento junto ao BEI, contribuindo com um efeito negativo de R\$ 30.462 mil.

3.1.4 Conciliação entre o EBITDA e Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA	2T17	2T16	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	142.111	155.641	(13.530)	(8,69)
Despesas financeiras	768.063	1.580.689	(812.626)	(51,41)
Receitas financeiras	(529.461)	(1.344.349)	814.888	(60,62)
Imposto de renda	7.226	42.510	(35.284)	(83,00)
Amortização	186.189	165.484	20.705	12,51
Amortização de ágio	7.682	8.009	(327)	(4,08)
EBITDA	581.810	607.984	(26.174)	(4,31)

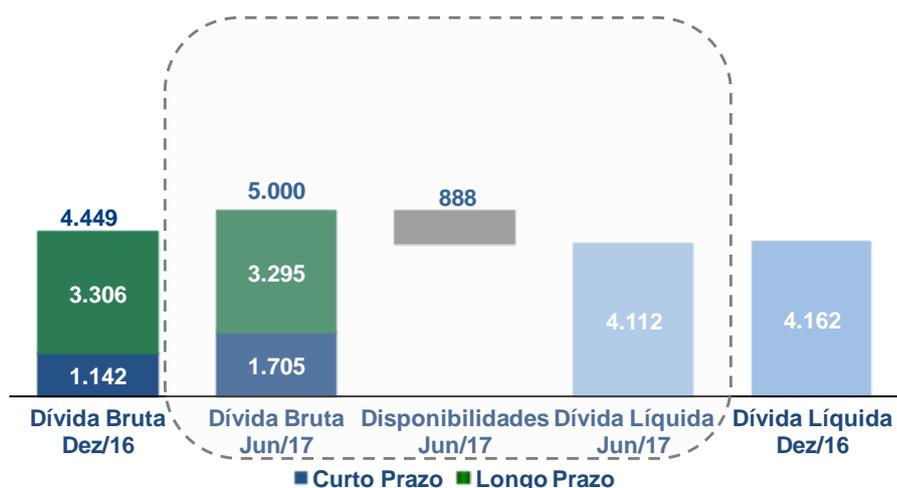
4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 4.448.540 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4.999.657 mil em 30 de junho de 2017, apresentando aumento de R\$ 551.117 mil equivalente a 12,39%.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou junho de 2017 com R\$ 4.112.086 mil, 1,19% maior do que a verificada em dezembro de 2016 que encerrou com R\$ 4.161.615 mil.

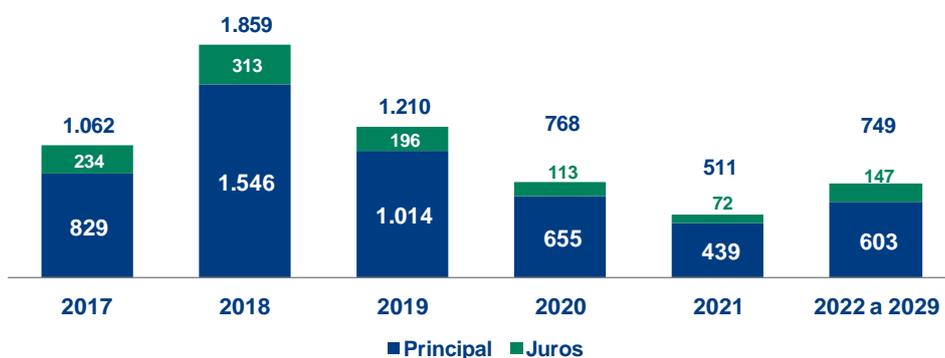
O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,85 em 31 de dezembro de 2016 para 3,90 em 30 de junho de 2017.

Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 30 de junho de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

Cronograma de Esgotamento da Dívida (R\$ Milhões)



Nota: O gráfico considera as curvas futuras de esgotamento da dívida.

5 RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida. A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa. Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior rating que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

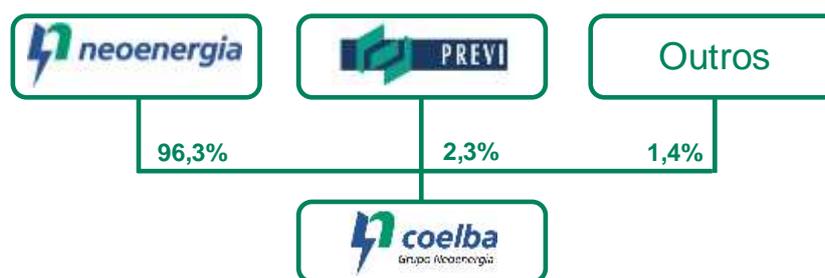
Rating Corporativo - Escala Nacional	2014	2015		2016	2017
		Até Setembro	A partir de Setembro		
NEOENERGIA	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AA+	AA-	AA-
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
ITAPEBI (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA	A+	A+
TERMOPE (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA	A+	A+
NC Energia (Rating de Emissão)			AA	A+	A+

Informações Complementares

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA é a concessionária de serviço público de energia elétrica destinada a explorar os sistemas de subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado da Bahia, atendendo a uma população estimada de 15 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado.

1.1 Composição acionária da COELBA



2. TARIFAS

2.1 Reajuste / Revisão Tarifária

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.222 de 18 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 6,59%, dos quais 2,47% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,12% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 3,00%, conforme tabela a seguir.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2017 com vigência até 21 de abril de 2018.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	3,50%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	2,77%
Efeito tarifário médio AT+BT	3,00%

2.2 Bandeira Tarifária

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. As bandeiras tarifárias consideram as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em 27 de fevereiro de 2015 os valores das Bandeiras Tarifárias foram ajustados conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1859/2015. Posteriormente tais valores e faixas foram ajustados por meio

da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016. Recentemente, em fevereiro de 2017, os valores foram ajustados por meio da Resolução Homologatória nº 2.203, de 14 de fevereiro de 2017:

- Bandeira verde: A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,020 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 2,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- Bandeira vermelha patamar 1: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- Bandeira vermelha patamar 2: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,035 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.

Nos meses de janeiro de 2015 a janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha foi acionada. Em fevereiro de 2016 passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 1, em março de 2016, a bandeira amarela e de abril a outubro de 2016, a bandeira verde. Em novembro de 2016 foi acionada a bandeira amarela. De dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 vigorou a bandeira verde e em março de 2017 foi acionada a bandeira amarela. Em abril e maio de 2017 foi acionada a bandeira vermelha patamar 1, e em junho de 2017 vigorou a bandeira verde.